

PORTUGAL-ESPANHA, RELAÇÕES ECONÓMICAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

José Manuel Caetano Oeiras, Celta Editora, 1998, ISBN 972-774-016-2

A problemática das relações hispano-portuguesas são um fenómeno recorrente nos estudos efectuados por historiadores e analistas de estratégia. Uma das questões mais prementes desde a integração de Portugal na CEE-UE tem sido a do desfasamento entre as capacidades económicas de Portugal e da Espanha, e como estas podem influenciar negativamente a liberdade e posição internacional do primeiro país. Em última análise, alguns chegam mesmo a antever a economia como o esteio sobre o qual a Espanha poderá finalmente unificar a Península Ibérica num único Estado. Contudo, estas visões têm sido fracamente apoiadas em trabalhos empíricos, que forneçam informação fidedigna sobre as reais dinâmicas e transformações geradas na economia dos Estados peninsulares pela simultânea integração de Portugal e da Espanha na CEE-UE, e pela abertura generalizada das fronteiras intra-peninsulares, nomeadamente no que respeita aos intercâmbios económicos. O estudo efectuado por José Manuel Caetano, no âmbito da sua tese de Doutoramento, sobre as relações económicas entre Portugal e a Espanha, permite-nos aceder pela primeira vez, de forma abrangente a uma visão de conjunto fundamentada sobre as transformações geradas nas relações económicas intra-peninsulares na sequência do processo de integração regional europeu.

O trabalho de José Manuel Caetano, fundamentado sobre uma grande quantidade de informação estatística recolhida quer em Portugal, quer em Espanha, quer em informação especializada de origem europeia, suportado igualmente numa forte componente teórica da ciência económica, permite aceder a uma visão densamente sustentada das transformações geradas na economia portuguesa pela intensificação das relações económicas bilaterais de Portugal e de Espanha. A obra divide-se em quatro capítulos; o primeiro analisa as características do comércio luso-espanhol; o segundo e o terceiro avaliam os fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nos países peninsulares, concentrando-se o segundo capítulo na investigação do fluxo de IDE nos países ibéricos, e o terceiro capítulo no fluxos de IDE espanhol em Portugal; e, finalmente um último capítulo que avalia a dimensão empresarial do comércio luso-espanhol. De acordo com a pertinência do trabalho, surgem subcapítulos ou quadros extra-texto que nos fazem aceder a explicações de teoria

económica relevantes para o tratamento dos dados e explicação da evolução das relações económicas hispano-portuguesas. Estamos face a um trabalho fortemente fundamentado que nos permite aceder de forma abrangente à complexa realidade das relações económicas hispano-portuguesas no contexto da integração europeia e da globalização mundial. Na óptica do autor, as relações económicas luso-espanholas reflectem e tenderão a reflectir uma progressiva dependência portuguesa face aos centros económicos mais dinâmicos de Espanha. A economia espanhola tende a tornar-se numa economia de intermediação entre a de Portugal e a da União Europeia, no contexto de um mercado ibérico todo unificado, de fronteiras indistintas.

Dois elementos parecem ser de reter da exposição do autor. Por um lado, as multinacionais, que dinamizam todo o processo de globalização, tendem a fixar os seus centros de decisão peninsulares em Espanha (fundamentalmente em Madrid, no que se refere às multinacionais que controlam o espaço português), gerindo daí as filiais existentes em Portugal. Muitas das filiais portuguesas de multinacionais aqui estabelecidas têm progressivamente ficado na dependência da sua congénere espanhola, ou se transformado em suportes/bases das redes de distribuição, comercialização e *marketing* da dita multinacional para o território português. Paradigmático desta evolução é para o autor o diferencial de empresas multinacionais norte-americanas com filiais em Portugal e em Espanha. Enquanto que em Espanha estão situadas cerca de 500 filiais das multinacionais dos EUA, em Portugal só se encontram aproximadamente 120 filiais (a corroborar estes dados, está o abrupto declínio do investimento dos EUA em Portugal após a adesão à CEE-UE: de 20% do conjunto do investimento estrangeiro existente em Portugal entre 1980-85 passa para 6% entre 1986-92). Fenómeno semelhante sucede com os investimentos da Alemanha e França nos países ibéricos, concentrando as sedes em Espanha e limitando-se a ter filiais em Portugal.

Por outro lado, as próprias empresas espanholas (e as multinacionais) tendem a observar o mercado português como uma continuação natural do mercado espanhol. No caso específico das empresas espanholas, não só pontuam como dominantes no investimento em Portugal as actividades e as empresas de distribuição e comercialização (contrariamente ao investimento oriundo de Espanha efectuado pelas empresas multinacionais não espanholas sitas no país, com uma forte componente industrial, normalmente intra-grupal, isto é, a produção e

intercâmbio de componentes específicas dentro de uma mesma actividade industrial), como é para estas, o esteio para uma aprendizagem da internacionalização que é ainda precoce nas firmas de além fronteira. Além disso, o mercado luso também serve de "ancoradouro" para as empresas espanholas que se sentem em situação debilitada face à abertura do mercado espanhol às economias mais avançadas da Europa Ocidental, e que usam o espaço económico português como suporte para assegurar a sua pervivência. A predominância do papel de continuação natural do mercado espanhol que cabe ao mercado luso, leva a que as empresas espanholas se concentrem nas áreas mais habitadas de Portugal, isto é, no litoral, não contribuindo assim, ao contrário do que se podia pensar, para o equilíbrio regional do país. Efectivamente são mais um dinamizador do desequilíbrio regional português. Neste sentido, há uma tendência para reforçar-se o papel de intermediação espanhol face a relação Portugal-UE. Esta última relaciona-se economicamente com Portugal através de Espanha.

Este processo, é contudo, igualmente favorecido pelas empresas portuguesas, que vêm no mercado espanhol o espaço por excelência de início da sua internacionalização, tendo havido desde a entrada na CEE-UE um aumento das actividades económicas de empresas portuguesas em Espanha em detrimento de outros espaços no globo. Assim, acentua-se igualmente a dinâmica de reforço das relações económicas bilaterais em detrimento das relações multilaterais, que pelo peso económico e demográfico de Espanha tendem a relevar o papel de intermediação da economia espanhola face à de Portugal.

José Manuel Caetano considera que este processo tenderá a salientar-se mais com a adesão de ambos os países à moeda única, e considera que só através de uma política de dinamização das infra-estruturas de comunicação e transportes, de qualificação de recursos humanos e de desenvolvimento científico e tecnológico Portugal pode ver aumentada a sua capacidade competitiva e responder ao desafio espanhol. O contrário significará inevitavelmente a dependência económica do país face à Espanha.

O autor não aprofunda contudo as consequências políticas desta possível evolução. De facto é questionável que dependência económica signifique necessariamente dependência política, sendo aquela contudo uma vulnerabilidade evidente. Mas a própria evolução da Espanha moderna, tendendo ao acentuar de uma descentralização política, de uma textura

federal, na expressão de Luis Moreno (Cf. Luis Moreno, *La Federalización de España, Poder político y territorio*, Madrid, 1997) concomitantemente com uma cada vez maior integração e interdependência económica de todas as partes de Espanha, demonstram quão difícil será tirar ilações lineares entre dependência económica e dependência política. Igualmente, e com justeza, salienta José Manuel Caetano, que num processo de globalização e interdependência económica não é virando as costas, facto impossível, mas corrigindo as dinâmicas de vulnerabilidade da economia nacional que se sustentará a nossa maior capacidade de correlacionamento equitativo com Espanha. Em última análise, toda a problemática da maior ou menor dependência de Portugal face a Espanha passa, não tanto por levantar de novo a questão do "perigo espanhol", e sim por uma resposta política de fomento económico interno que crie condições de desenvolvimento que diluam a dependência externa, seja de Madrid, seja de qualquer outra região do globo.

A obra de José Manuel Caetano, não só por fornecer informação preciosa sobre as dinâmicas de relacionamento económico entre Portugal e Espanha, mas também por nos clarificar de forma bastante sustentada como estas interagem e qual a possível evolução desta complexa relação, é imprescindível para quem se interessa pelos temas da conflituosa dualidade peninsular.

António Paulo David da Silva Duarte